

## A greve do magistério catarinense em 2011 sob a ótica de um jornalista

PEREIRA, Moacir. **A histórica greve dos professores.** Florianópolis: Insular, 2011.

**Jéferson Dantas\***

O jornalista Moacir Pereira (1945-) articulista político do jornal *Diário Catarinense*, pertencente ao grupo midiático Rede Brasil Sul de Telecomunicação (RBS), afiliada de Rede Globo, realizou uma cobertura *online* sobre os desdobramentos da greve do magistério catarinense ocorrido em 2011. A narrativa do jornalista está calcada, sobretudo, nos relatos escritos dos professores e professoras em seu *blog*, denotando a leveza com que conduziu a sua análise sobre os acontecimentos políticos no âmbito da arena litigiosa que é o campo educacional. Segundo este jornalista, a principal motivação para a compreensão do movimento grevista foi uma mensagem 'malcriada' de um professor em seu *blog* que entre outras questões, o acusava e defender os interesses de uma mídia conservadora e indiferente às condições de trabalho dos professores em Santa Catarina. Pereira, prontamente, saiu em defesa da empresa que trabalha, respondendo a este professor que o seu compromisso como jornalista era com as notícias verdadeiras e fatos de real interesse público, sempre de forma ética e isenta.

Ao realizar a defesa da sua empresa, o jornalista ainda acrescentou que muitas das reclamações dos professores concernentes às suas condições de trabalho era uma “realidade desconhecida e, por isso mesmo, não publicada na imprensa. Ao contrário, a impressão que ficara era [com a eleição do ex-secretário de educação Paulo Bauer para o senado] de que a educação seguia bem em Santa Catarina” (2011, p. 21). Ora, parece-nos ingenuidade do jornalista desconhecer que o setor educacional público tem vivenciado durante muitos anos

---

\*Mestre em Educação e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na linha de investigação Trabalho e Educação. E-mail: clioinsone@gmail.com.

um processo de sucateamento exasperador. Além disso, desconsidera o articulista de que o veículo informativo em que trabalha (longe de ser um jornalismo investigativo) foi durante muito tempo indiferente a esta realidade, culpabilizando direta ou indiretamente os trabalhadores em educação pela má formação dos estudantes catarinenses.

Em sua exposição, Pereira comenta que a greve do magistério catarinense foi fruto de uma reivindicação legal, tendo em vista que em julho de 2008 era aprovado e sancionado pelo Congresso Nacional a Lei nº 11.738 de 16 de julho, que instituía o piso nacional de salários para o magistério. A greve começou no dia 18 de maio de 2011, findando-se após 62 dias de muitos embates entre o poder público e os trabalhadores em educação. Ao todo foram realizadas 30 assembleias regionais pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SINTE). Pereira acompanhou todo o movimento da classe docente nas redes sociais (*Twitter, Orkut, Facebook*), utilizando-se ele próprio da tecnologia informacional (*blackberry*) para não perder qualquer acontecimento proveniente de uma assembleia ou de uma reunião negociadora entre o SINTE e o governo. Entretanto, superestima que o seu “blog se transformou no principal meio de informação para todo o magistério e de troca de comentários entre os professores” (Ibidem, p. 33). Ainda que concordemos que o seu *blog* tenha sido uma importante ferramenta comunicacional entre os professores, por meio de um veículo de grande visibilidade regional, há de se ponderar que o jornalista parece se intitular em, várias passagens de seu livro, representante da 'voz dos professores' ou mesmo ser o 'paladino do magistério catarinense'.

Pereira tem méritos ao trazer à baila documentos oficiais e do SINTE, tabelas de projeção salarial e, sobretudo, os relatos dos/as professores/as, quase sempre silenciados pela grande mídia conservadora. O jornalista também evidencia e categoriza as seis principais reivindicações da classe docente catarinense em tal contexto: 1) Emprego inadequado do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Professor (FUNDEB); 2) vale-alimentação defasado; 3) merenda escolar terceirizada e sem qualidade; 4) ausência de concursos públicos desde 2005; 5) nomeações partidárias para cargos de diretor de escola, denotando a nefasta permanência de gestões antidemocráticas; 6) e o sucateamento das escolas mantidas pelo poder público estadual. No que tange ao primeiro aspecto, relata o jornalista:

Entre as questões mais debatidas destacava-se a destinação dos recursos do FUNDEB. Coincidiu com a apreciação de contas do governo Luiz Henrique da Silveira e o relatório do conselheiro Salomão Ribas Júnior, apontando desvio de finalidade do Fundo. O tema tornou-se obrigatório em todas as passeatas e encontros, com faixas, cartazes e palavras de ordem reivindicando que os recursos

do FUNDEB transferidos pelo governo federal fossem integralmente destinados à educação, sem serem contabilizados pela Secretaria da Fazenda para efeito de repartição do orçamento entre os demais poderes (Ibid., p. 71).

Assinala ainda o jornalista que as greves anteriores do magistério não tinham a mesma legitimidade e o apoio da opinião pública como esta que ocorreu em 2011. O articulista enfatiza que a greve era legal e que o governo estava 'fora da lei'. Contudo, tais considerações podem suscitar a falsa ideia de que as greves ocorridas em outras épocas não eram importantes ou não atendiam os anseios da categoria e da sociedade catarinense. Em outras palavras, Pereira revela a sua pouca clareza sobre a perspectiva da luta de classes, que independe de uma concessão legal do Estado para fazer valer os seus direitos.

Por fim, o livro apresenta uma elevada quantidade de relatos dos professores enviados ao *blog* do jornalista, que acabam tornando-se um fim em si mesmo, sem nenhuma mediação histórica ou um diálogo com os teóricos da educação em Santa Catarina. As considerações finais do articulista são rasteiras diante de um movimento de contornos históricos, além de eufemisticamente o jornalista se reportar às ações do governo catarinense sobre tal problemática como 'equivocos' e não como 'desresponsabilização estatal'. Isto faz com que se convoquem os trabalhadores e teóricos do campo educacional e representantes do SINTE na elaboração de uma obra contra-hegemônica, que sinalize outros aspectos não vislumbrados por Pereira.

**Recebido em:** maio de 2012  
**Aprovado em:** junho 2012